



## Estados pedem ao Congresso divisão mais justa de tributos



Marcos Oliveira/Agência Senado

Renan disse que sugestões feitas por governadores ajudarão Legislativo a identificar projetos de lei prioritários

**G**overnadores de todo o Brasil se reuniram ontem no Senado para apresentar as dificuldades dos estados e propor soluções. Segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros, as reivindicações ajudarão a estabelecer o equilíbrio entre os entes da Federação. Renan se encontra hoje com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para pôr a nova agenda em prática. **6 e 7**

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fala na reunião com governadores: Legislativo buscará estabelecer equilíbrio de receitas entre União, estados e municípios

**Senadores e deputados criam frente em defesa do ensino profissionalizante 5**

**Governo federal agora promete fim de transposição do Rio São Francisco para 2017 9**

### Votação da MP do seguro-desemprego fica para terça-feira

O Plenário discutiu ontem a MP que muda as regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso. Por acordo de líderes, porém, a votação do texto foi adiada para terça-feira. Manifestantes contrários à MP, que faz parte do ajuste fiscal, jogaram dinheiro de papel no Plenário. **3**

Senadores discutem no Plenário a MP 665: embate entre parlamentares opositores e governistas



Jefferson Ruy/Agência Senado

**Comissão aprova projeto de lei que estabelece regras para criação e fusão de municípios 11**

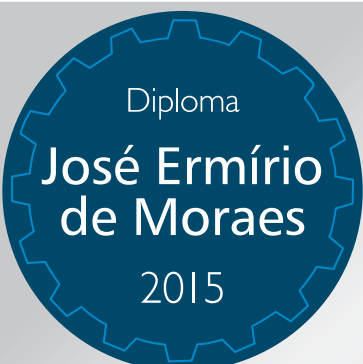


Manifestantes cobram o reajuste durante audiência

### Reajuste do Judiciário vai ao Plenário com urgência

Por entendimento entre lideranças, projeto que dá aumento médio de 59,49% para servidores foi aprovado ontem na Comissão de Constituição e Justiça. Agora a discussão será transferida para o Plenário. **4**

**Em cinco anos, consumo de remédios controlados no Brasil sobe 161% 12**



### Um reconhecimento do Senado Federal aos empresários que contribuíram para a economia nacional e o progresso do país

Data: 26 de maio de 2015  
Horário: 11h  
Local: Plenário do Senado Federal

Agraciados  
Albano Franco  
Armando Monteiro Filho  
Carlos Alberto Sicupira  
João Tenório  
Nevaldo Rocha  
Antônio Ermírio de Moraes  
(homenagem *in memoriam*)





# Dilma sanciona Lei da Biodiversidade com vetos

De acordo com ministra do Meio Ambiente, vetos não descaracterizam o novo marco legal, aprovado pelo Senado em abril. Para Jorge Viana, legislação brasileira deverá ser referencial para outros países

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou ontem, com vetos, o novo Marco Legal da Biodiversidade, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Os vetos não foram apresentados durante a cerimônia de sanção da lei, no Palácio do Planalto. Porém, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, garantiu que eles foram pontuais:

— Os vetos não descaracterizam o espírito da nova lei.

A proposta de Lei da Biodiversidade (PLC 2/2015), de autoria do Executivo, foi aprovada pelo Senado em abril. A nova legislação substitui medida provisória em vigor desde 2001, alvo de reclamações principalmente da indústria e da comunidade científica.

A lei define regras para acesso aos recursos da biodiversidade por pesquisadores e pela indústria e regulamenta o direito dos povos tradicionais à repartição dos benefícios pelo uso de seus conhecimentos da natureza, inclusive com a criação de um fundo específico para esse pagamento.

— Conseguimos elaborar uma lei que combina nossa capacidade de desenvolver, de incluir as pessoas nesse desenvolvimento e gerar inovação a partir de pesquisa em ciência e tecnologia. Estamos garantindo que haja um ambiente favorável, amigável, para que pessoas que têm o conhecimento tradicional tenham direito a uma participação, recebam o royalty. Estamos garantindo que pesquisadores não tenham limites para pesquisar e que empresas possam, sem conflitos ou contestação, utilizar esse conhecimento — disse a presidente.

Segundo Dilma, a nova legislação vai permitir que o Brasil avance na corrida pela inovação na área de biotecnologia. A presidente destacou a criação



Pescadores na Amazônia: comunidades terão direito à repartição de benefícios

do fundo de repartição de benefícios, que deverá garantir repasses para as comunidades tradicionais mesmo quando um conhecimento não estiver atrelado a um grupo específico, como uma determinada tribo indígena. A lei determina que as empresas deverão depositar no fundo 1% da renda líquida obtida com a venda do produto acabado ou material reprodutivo oriundo de patrimônio genético, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente.

— Esse processo integra quase 300 povos e comunidades tradicionais, o que mostra, por parte do Brasil, grande prova de capacidade de desenvolver-se sem fazer com que sua população seja excluída disso. Enquanto aquilo [produto] estiver sendo comercializado, gerando valor, eles continuarão recebendo — explicou Dilma.

## Pesquisa

Para os cientistas, a principal mudança na lei é a autorização para ter acesso aos recursos da biodiversidade para estudos. A regra em vigor atualmente classificava como biopirataria as pesquisas feitas sem autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, o que colocava muitos na ilegalidade. Agora, os cientistas farão um cadastro no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

e poderão iniciar as pesquisas.

— Garanto aos pesquisadores que eles não serão mais molestados, não sofrerão mais o *bullying* de terem suas plantas submetidas a processos ou ameaça de processo — disse o ministro da Ciência e Tecnologia, Aldo Rebelo.

Izabella Teixeira acrescentou que a lei vai melhorar a fiscalização por “permitir saber quais processos têm que ser fiscalizados”. A ministra destacou que a sanção do marco regulatório impulsiona a ratificação, pelo Brasil, do Protocolo de Nagoya, instrumento de implementação da Convenção da Diversidade Biológica (CDB).

— Espero que a gente possa agora, nesse novo patamar de consolidação e de entendimento, dialogar com o Congresso Nacional para ratificação do Protocolo de Nagoya — avaliou.

Na aprovação do texto-base no Senado, em 8 de abril, Jorge Viana (PT-AC) disse que a legislação brasileira sobre biodiversidade será referência para outros 17 países megadiversos:

— A nova lei será a mais avançada, moderna e ousada legislação de acesso à biodiversidade. Seremos uma espécie de farol a esses países na relação com sua biodiversidade, com o respeito e o reconhecimento das populações tradicionais. (Com Agência Brasil)

## Avança texto que beneficia servidor com filho deficiente

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem projeto de Romário (PSB-RJ) que suprime a exigência de compensação de horário para os servidores que tenham filhos, dependentes ou cônjuge com alguma deficiência (PLS 68/2015). O relatório, de Sérgio Petecão (PSD-AC), foi lido na comissão por Donizeti Nogueira (PT-TO).

Romário lembrou que a Lei 8.112 já assegura a concessão de horário especial para os

servidores com deficiência ou que tenham filho, dependente ou cônjuge nessa condição. Mas, para o senador, a lei viola a isonomia ao exigir a compensação do horário apenas de quem se enquadrar no segundo caso.

Segundo Petecão, “sujeitar o servidor à compensação de horário priva-o de poder se dedicar plenamente às necessidades de seu filho deficiente”. Lembra ainda o senador que, se o servidor não optar pela

compensação, perderá parcela de seu salário.

“A família da pessoa com deficiência não pode prescindir das verbas pecuniárias com as quais são custeados onerosos serviços especializados”, afirma no relatório.

O direito à concessão de horário especial depende da comprovação da necessidade atestada por uma junta médica. O projeto será votado agora pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Congresso recebe certificado de excelência do TripAdvisor

O Congresso Nacional foi condecorado com o certificado de excelência do TripAdvisor, o maior site de viagens do mundo. De 2.069 avaliações, a instituição obteve 1.836 notas entre “excelente” e “muito bom”. Para comparar, o Congresso dos Estados Unidos tem apenas 1.249 avaliações, das quais 1.135 entre “excelente” e “muito bom”.

Criado em 2010, o certificado de excelência premia os estabelecimentos do setor de turismo e hotelaria bem avaliados pelos usuários do TripAdvisor. Os vencedores apresentam um serviço considerado excepcional.

— Para o Programa Visite o Congresso, esse reconhecimento é o resultado de que estamos permitindo ao cidadão não apenas conhecer o nosso espaço, mas essencialmente entender o papel e a importância das nossas Casas Legislativas para a democracia do país — disse a chefe do

serviço de visita institucional do Senado, Mariana Tavares.

Para o presidente do TripAdvisor for Business, Marc Charron, ao destacar os estabelecimentos que fornecem o melhor serviço aos clientes, o site eleva os padrões do setor ao redor do mundo.

O TripAdvisor usa um algoritmo próprio para determinar os ganhadores do certificado. São levados em conta a qualidade, a quantidade e a novidade das avaliações publicadas pelos viajantes no site em um período de 12 meses. Também são considerados quanto tempo os estabelecimentos estão no site e a posição no ranking do índice de popularidade.

Para receber o certificado, o estabelecimento deve manter uma pontuação geral mínima de quatro círculos (no total, são cinco). Além disso, precisa ter um número mínimo de avaliações e estar cadastrado no site por pelo menos 12 meses.



Turistas fazem visita guiada ao Salão Nobre do Senado, no Palácio do Congresso

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO Sessão extraordinária

11h30 Sessão deliberativa extraordinária. Às 14h, sessão especial comemora 20 anos da Rede Vida de Televisão.

### PRESIDÊNCIA Presidente da Câmara

11h Renan encontra o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, no gabinete da Presidência daquela Casa; às 11h30, preside sessão deliberativa extraordinária.

### CRA Presidente da Embrapa

8h Audiência com o presidente da Embrapa, Maurício Antônio Lopes, que fala sobre as atividades da empresa.

### CPI DAS PRÓTESES Requerimentos

9h Comissão avalia requerimentos.

### CRE Ministro da Defesa

10h Avaliação de nomes de embaixadores do Brasil junto ao Peru e ao Equador e audiência pública com o ministro Jaques Wagner sobre perspectivas da pasta.

### PROCURADORIA DA MULHER Coletiva

10h Coletiva de imprensa da bancada feminina do Congresso sobre reforma política, com a ministra de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, no Salão Verde da Câmara.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Votação da MP do seguro-desemprego é adiada

Mudança nas regras da concessão de benefício trabalhista foi discutida ontem no Plenário, mas votação da medida provisória do ajuste fiscal ficou marcada para terça-feira

POR MAIS DE quatro horas, os senadores discutiram no Plenário o Projeto de Lei de Conversão 3/2015, decorrente da Medida Provisória (MP) 665/2014, que muda as regras de concessão do seguro-desemprego, do abono salarial e do seguro-defeso (para o pescador profissional artesanal). Por acordo de líderes, a votação da proposta ficou para a terça-feira. A medida, que foi bastante criticada pelos parlamentares, faz parte do pacote de ajuste fiscal adotado pelo governo para equilibrar as contas do país.

A principal mudança proposta é o aumento do tempo de trabalho que o desempregado precisa comprovar para solicitar o seguro-desemprego. Além disso, o texto proíbe usar esses mesmos períodos de salário recebido nos próximos pedidos, o que dificulta o recebimento do benefício em intervalos menores, e exige que o trabalhador desempregado frequente curso de qualificação profissional para receber o seguro. A MP muda também as regras de pagamento do abono-salarial.

Relator da proposta na comissão mista que a analisou, o senador Paulo Rocha (PT-PA) lembrou que antes de apresentar o texto do projeto de lei de conversão, a comissão fez audiências públicas e debates com



Senadores discutem MP 665: polêmica, medida torna mais rígidas regras para a concessão do seguro-desemprego

centrais sindicais, especialistas e o Executivo.

Reconhecendo que o governo errou ao mandar a MP ao Congresso sem antes discutí-la com os trabalhadores, o senador disse acreditar que teve sucesso na negociação e que o texto final atende a necessidade de ajuste do governo, sem promover nenhuma perda aos trabalhadores.

— Embora concedamos que a economia precise passar por um ajuste, não poderia ser sobre os direitos e os interesses dos trabalhadores. Assegurei, portanto, isso. Não há nenhuma perda de direito dos trabalhadores, apenas correções das exigências mais firmes, para que não haja desvios na conquista desses direitos. E apontamos, portanto, as condições de o governo fazer

o seu ajuste sem prejuízos dos direitos dos trabalhadores — garantiu.

## Medidas ineficientes

Para o líder do PSDB no Senado, Cássio Cunha Lima (PB), o projeto não fez parte de um ajuste fiscal, mas de um “ajuste trabalhista” e, por isso, o partido vai votar contra. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ponderou que o governo pretende consertar a economia, que ele próprio teria estragado, “ao preço de aumentar a recessão, de aumentar as dificuldades do povo trabalhador sem que se apresente nenhuma perspectiva de futuro”. Ele acusou o Executivo de negociar cargos para conseguir que as medidas sejam aprovadas no Congresso.

— Esse ajuste fiscal acaba contribuindo para aprofundar

a degradação política do nosso país e das relações entre o Congresso e o Executivo. Quantos e quantos cargos não foram distribuídos para tentar obter o apoio da maioria parlamentar para a aprovação? Na falta de aptidão, de liderança, de um projeto para o país, recorre pura e simplesmente à troca de cargos públicos por votos no Congresso — criticou.

Ronaldo Caiado (GO), líder do DEM, reforçou que o ajuste fiscal do governo, em meio à crise que o país enfrenta, atinge as pessoas em pontos de maior fragilidade, como desemprego, problemas de saúde ou morte. E refutou argumentos usados pela base do governo de que o ajuste é necessário porque o Brasil sente as consequências da crise financeira mundial:

— Vamos parar com tese

de crise mundial. O mundo cresceu 3,1% e o Brasil cresceu 0,1%. É o Brasil que está puxando o mundo para baixo.

## Dever de casa

Contrário ao projeto, Cristovam Buarque (PDT-DF) listou cinco motivos para não votar na MP. Segundo ele, a proposta não seria séria, pois a economia proporcionada ao governo seria irrisória se comparada à dívida pública existente; não seria justa, pois puniria principalmente os trabalhadores mais pobres; nem estratégica, por não vir combinada a ações de infraestrutura; e não era de consenso, já que não era fruto de um entendimento entre governo, Congresso e sociedade.

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) também rejeitou a proposta, que, em sua avaliação, faz o trabalhador pagar pelo governo não ter feito o “dever de casa”:

— É surreal restringir essa rede de proteção social para os trabalhadores num momento como este porque não fizemos o dever de casa. Fizemos uma de novo rico, de gastar sem previsão.

Criticaram o projeto José Agripino (DEM-RN), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Paulo Paim (PT-RS), Fernando Collor (PTB-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Reguffe (PDT-DF).



Manifestantes protestam na galeria do Plenário e lançam cédulas de papel

## Contra medida, manifestantes jogam dólares de papel no Plenário

Humberto Costa (PT-PE) considerou um equívoco do governo o envio da MP 665 sem discussão com trabalhadores e parlamentares. Mas defendeu a necessidade de se corrigirem distorções nos gastos públicos. Para ele, se estivesse no governo, a oposição teria adotado as mesmas medidas:

— Não seria outro caminho da oposição se ganhasse a eleição. É aí onde está o farisaísmo. Vêm aqui para falar de promessas eleitorais não cumpridas, mas, se estivessem no governo, estariam defendendo boa parte dessas políticas porque sabem da veracidade do que estamos dizendo aqui.

Manifestantes presentes nas galerias fizeram uma chuva de dólares de papel sobre o Plenário ao final do discurso.

Afirmado dar um voto de confiança ao governo para que continue o projeto de melhoria da vida do povo, Vanessa Grazziotin (AM), líder do PCdoB, defendeu a aprovação da MP. Na opinião dela, para dar passos seguros à frente na crise, o país precisa retroceder. Ela criticou parlamentares que se posicionam contra a medida não pelo conteúdo, mas para desestabilizar o governo.

Também defenderam a MP Donizeti Nogueira (PT-TO) e Gleisi Hoffmann (PT-PR).

## Senadores apoiam manifesto contra ajuste

Senadores de cinco partidos anunciaram ontem apoio a um manifesto apresentado por diversas entidades da sociedade organizada contrárias às MPs de ajuste fiscal do governo, que aguardam votação em Plenário.

A MP 665/2014 restringe o pagamento de seguro-desemprego e do abono salarial, entre outros benefícios trabalhistas. A MP 664/2014 fixa novas regras para concessão de auxílio-doença, pensão por morte e benefícios previdenciários. Já aprovadas pela Câmara, ambas foram editadas pela presidente Dilma Rousseff para economizar recursos inicialmente previstos em R\$ 18 bilhões.

Representante do partido de Dilma, Lindbergh Farias (RJ) anunciou que vai votar contra a MP 665. Ele defendeu mudanças na política econômica, mas disse que o governo deve recuperar o emprego.

— Para o governo dar certo, tem que mudar a política econômica. Houve desequilíbrio fiscal e ele aconteceu porque houve desoneração de R\$ 100 bilhões para as grandes empresas. Não tem nenhuma medida que taxe os mais ricos,

os ajustes estão sendo feitos sobre os trabalhadores mais pobres — afirmou.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a MP 665 vai contra a lógica anunciada pela própria presidente Dilma no segundo turno das eleições.

— Não é possível que o arrocho das contas públicas tenha que recair sempre sobre o lado mais fraco. A MP é contra os trabalhadores e contra as conquistas dos trabalhadores.

João Capiberibe (PSB-AP) também se declarou contrário às medidas do governo. Para ele, “quem apanha em todos os ajustes fiscais, sem nenhuma responsabilidade sobre o desajuste fiscal do governo, são sempre os trabalhadores”.

— Na hora que o governo desequilibra as contas, cobra

dos trabalhadores. Se o governo arrecadasse os recursos desviados [por sonegadores], não haveria necessidade de ajuste fiscal.

Paulo Paim (PT-RS) também criticou a MP 665, que, disse, prejudica mais de 10 milhões de trabalhadores. Em relação à MP 664, ele defendeu a manutenção de emenda incluída na Câmara que altera o fator previdenciário, criado no governo de Fernando Henrique Cardoso e ainda usado para inibir aposentadorias precoces.

— Temos que garantir essa medida, olhar com cuidado para aprovar [a alteração do] fator aqui. O voto é aberto, ninguém vai votar contra [a alteração do] fator. Se [Dilma] vetar, é um equívoco histórico. O veto cai e o fator cai também.



Lindbergh anuncia voto contra a MP 665 e pede mudanças na política econômica



Advogado Gustavo do Vale Rocha foi indicado pela Câmara. Na sabatina na Comissão de Constituição e Justiça, ele teve de falar sobre o fato de Eduardo Cunha ser um de seus clientes



O advogado Gustavo do Vale Rocha, ao lado do senador José Pimentel, responde a perguntas de senadores em sabatina

## Nome para Conselho do Ministério Público é aprovado

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem a indicação do advogado Gustavo do Vale Rocha para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) no período 2015–2017. O advogado, que foi indicado pela Câmara dos Deputados, havia sido sabatinado na manhã de ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Durante a sabatina, o advogado confirmou, após perguntas de parlamentares, advogar para o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, mas apenas em ações privadas, sem relação com o Ministério Público.

Ele acrescentou não ser advogado de nenhum parlamentar envolvido na Operação Lava-Jato.

### Independência

De acordo com o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Rocha é o defensor do presidente da Câmara em ações judiciais contra diversos parlamentares — entre eles, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

— Como sua indicação está diretamente ligada a Cunha, é importante saber a independência que Vossa Senhoria teria e como cumpriria o requisito de zelar pela

independência dos membros do Ministério Público. Há uma questão de fundo político que precisa ter um esclarecimento aqui — disse Randolfe.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) argumentou que a indicação de Rocha não partiu do presidente Eduardo Cunha, mas da Câmara dos Deputados.

— Ele está representando uma instituição — argumentou Jader.

Por diversas vezes na sabatina, o advogado afirmou: — Agirei com a isenção e a imparcialidade necessárias. Vossas Excelências podem ter certeza disso.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) avaliou como “muito frágeis” as respostas dadas pelo sabatinado a questionamentos, por exemplo, sobre foro privilegiado e enquadramento da corrupção como crime hediondo.

Por sua vez, o senador Roberto Rocha (PSB-MA) admitiu não se sentir confortável com a aprovação de um indicado para o Conselho Nacional do Ministério Público com relações estreitas com o deputado Eduardo Cunha, que é muito crítico do trabalho realizado pelo Ministério Público.

Ao longo da sabatina na

CCJ, Gustavo do Vale Rocha foi questionado, entre outros temas polêmicos, sobre a redução da maioria penal de 18 para 16 anos, a amplitude do poder investigatório e da publicidade de atos do Ministério Público e a atuação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, à frente da instituição.

### Currículo

Essas e outras perguntas foram encaminhadas ainda pelos senadores Eduardo Amorim (PSC-SE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da indicação.

Rocha é mestre em direito pelo Centro Universitário de Brasília (UniCeub), especialista em direito empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e professor universitário desde 1999, lecionando a disciplina direito civil.

Ele ocupará o lugar de Luiz Moreira, cujo mandato no CNMP se encerrou em 2 de abril.

Composto por 14 membros, o Conselho Nacional do Ministério Público tem a atribuição de fiscalizar a atuação dos membros do Ministério Público e é presidido por Janot.

## Indicado à ANTT deve ser sabatinado em comissão

A sabatina de Sérgio de Assis Lobo, indicado pela Presidência da República para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pode ocorrer na próxima semana na Comissão de Infraestrutura (CI).

O relator da indicação da CI, Wellington Fagundes (PR-MT), apresentou relatório ontem afirmando que Lobo reúne os requisitos necessários ao

cargo. Conforme o regimento, o presidente da comissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), concedeu vista coletiva e nos próximos dias deverá divulgar a data da sabatina.

Sérgio de Assis Lobo é formado em engenharia civil e pós-graduado em administração de empresas. Trabalhou na ANTT como assessor da diretoria e membro da Comissão de Avaliação do Trem de Alta

Velocidade. Foi vice-diretor da Diretoria de Transportes do Instituto de Engenharia de São Paulo e relator da Comissão de Transporte de Carga Pesada da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Trabalhou também na Infraero, no Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo e na Prefeitura de São Paulo, como secretário-adjunto de Serviços.

## Avança reajuste para servidores do Judiciário

Entendimento negociado por Walter Pinheiro (PT-BA) permitiu a aprovação ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de projeto que estabelece reajuste escalonado, em média de 59,49%, para os servidores do Judiciário. A proposta (PLC 28/2015) segue para votação em regime de urgência no Plenário.

Segundo o parecer favorável do relator, José Maranhão (PMDB-PB), o aumento vai variar de 53% a 78,56%, em função da classe e do padrão do servidor. O pagamento deverá ocorrer em seis parcelas sucessivas, entre julho de 2015 e dezembro de 2017. E também dependerá da existência de dotação orçamentária e autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Como contrapartida, os órgãos do Judiciário terão de se esforçar para racionalizar as estruturas administrativas e reduzir os gastos com funções de confiança no prazo de um ano. O reajuste ainda depende de suplementação orçamentária para começar a ser pago este ano.

“Quanto ao mérito, a majoração dos vencimentos dos servidores do Judiciário é tema de absoluta justiça. A remuneração desses servido-

res encontra-se defasada em relação a carreiras equivalentes do Executivo e Legislativo, fato que tem ocasionado o aumento da rotatividade de servidores, com significativo prejuízo à prestação jurisdicional”, diz Maranhão no parecer.

Duas semanas atrás, a votação do texto foi adiada por pedido de vista do líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral (PT-MS). Apesar de considerar o pleito “legítimo”, o senador justificou a medida, na ocasião, argumentando ser necessário fazer um ajuste orçamentário prévio para não se aprovar “uma quimera”.

Ontem Delcídio disse ter prevalecido o entendimento com as lideranças partidárias para aprovar a proposta na CCJ e transferir a discussão — de interesse de mais senadores — para o Plenário.

Antes do anúncio da decisão, Pinheiro fez um apelo a Delcídio para liberar a votação na CCJ. A iniciativa foi elogiada por Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que, ao lado dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), defendeu proposta de reajuste para os servidores do Judiciário, sem aumento desde 2006.

## Collor reforça críticas à atuação de Rodrigo Janot na Procuradoria

Fernando Collor (PTB-AL) voltou a criticar, na quarta-feira, a atuação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot. O senador disse ter dado entrada a quatro representações contra Janot por crime de responsabilidade. As denúncias, segundo ele, se basearam no abuso de poder, indução, seletividade, inércia, autopromoção e desperdício de dinheiro público.

Collor criticou o trabalho



de Janot na Operação Lava-Jato, dizendo que o procurador teve encontros clandestinos com autoridades e advogados para fazer uma “seleção” de quem seria investigado. Também lamentou o que chamou de atitude recorrente do procurador de se autopromover.

— [Janot] afirma que ninguém está acima dele a ponto de declarar que, se tiver que ser investigado, ele mesmo se investiga — criticou.

## Valadares homenageia defensor público e destaca papel para o país

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) homenageou ontem os defensores públicos pelo Dia Nacional da Defensoria Pública, comemorado



na terça-feira. Segundo ele, a instituição é uma das mais importantes do país, atuando na defesa dos direitos de grupos vulneráveis da sociedade. O senador citou pesquisa do IBGE que revela que 82% da população é usuária dos serviços da Defensoria. Apesar

disso, disse, a instituição está presente em somente 28 comarcas brasileiras.

— Não existe democracia sem justiça e não existe justiça sem a possibilidade de efetivo acesso a mecanismos que façam valer os direitos do cidadão. Daí a importância da Defensoria Pública.

Valadares afirmou que o déficit de defensores públicos no país significa um déficit de cidadania inaceitável.



Grupo de parlamentares lutará para que número de vagas na educação profissionalizante triplique nos próximos 10 anos e que atividade de tecnólogo seja regulamentada

# Criada frente pró-ensino profissionalizante

FOI LANÇADA ONTEM a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Ensino Profissionalizante, que contou com a adesão de mais de 200 deputados e senadores. A senadora Fátima Bezerra (PT-RN) afirmou que um dos principais desafios da frente é garantir orçamento suficiente para que se triplique a oferta de vagas na educação profissional em dez anos, como prevê o Plano Nacional de Educação.

— Não vamos abrir mão do plano de expansão da rede de educação profissional no Brasil — disse a senadora, uma das coordenadoras da frente.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS), que também está entre as coordenadoras, disse que se empenhará na aprovação do projeto de lei em tramitação na Câmara que regulamenta a profissão de tecnólogo. O PL 2.245/2007, do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara em 2013, mas, por manobras regimentais, está parado na Casa.

— Por meio desse projeto de lei, resgataremos uma dívida histórica com milhares de brasileiros que fizeram o curso de tecnólogo e não têm o reconhecimento da profissão — afirmou Fátima, que foi relatora do projeto no Senado.

## Salto

No Brasil, o incentivo à formação profissional só começou em 2002. Desde a fundação dos primeiros centros tecnológicos, em 1909, até o início do governo Lula, foram construídas no Brasil 140 escolas. Após a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em 2008, o número saltou para 562.

Mesmo assim, ainda é pouco,



A deputada Maria do Rosário, ao lado da senadora Fátima Bezerra, fala durante o lançamento da frente parlamentar

avaliou a senadora. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, nas 34 nações mais desenvolvidas do mundo, 35% dos jovens optam pela educação profissional. No Brasil, apesar de os números crescerem ano a ano, os cursos tecnológicos ainda representam 13,7% dos cursos superiores.

— É um paradoxo que, enquanto ampliamos a rede de educação profissional pública, os tecnólogos ainda não tenham a profissão reconhecida.

No lançamento da frente, o presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif), Belchior de Oliveira Rocha, afirmou:

— Educação tem que ser o principal projeto estruturante de qualquer país. Temos que deixar de exportar commodities para começar a exportar conhecimento.

Para o secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Marcelo Feres, embora o país tenha visto muitos avanços no campo da educação profissional, ainda há muito a avançar em termos de valor social:

— Nós sabemos que existem muitos espaços para prepararmos os nossos jovens para o mundo mais tecnológico e o fortalecimento da educação profissional vai fazer com que avancemos cada vez mais.

## Regulamentação

Após o lançamento da frente, os parlamentares decidiram redigir um manifesto em prol

da aprovação do PL 2.245/2007, que regulamenta a profissão de tecnólogo. O manifesto já contabiliza a adesão de mais de 60 assinaturas.

Participaram do lançamento da frente os senadores Wellington Fagundes (PR-MT) e Cristovam Buarque (PDT-DF) e os deputados Alex Canziani (PTB-PR), Valtenir Pereira (Pros-MT), Reginaldo Lopes,

Pedro Uczai (PT-SC), Ezequiel Fonseca (PP-MT) e Dr. Jorge Silva (Pros-ES).

O encontro de ontem contou com a presença dos reitores de Institutos Federais de 11 unidades da Federação (Pernambuco, Santa Catarina, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio Grande do Sul e Brasília).

Além da senadora Fátima Bezerra e da deputada Maria do Rosário, a frente tem cinco coordenadores regionais: deputados Lelo Coimbra (PMDB-ES), Alex Canziani, Ságua Moraes (PT-MT), Alice Portugal (PCdoB-BA) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

A Frente Parlamentar Mista em Defesa do Ensino Profissionalizante conta com o apoio do Conif, da Federação Nacional dos Tecnológicos (FNT) e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

## Malta preside grupo parlamentar em defesa da família

O senador Magno Malta (PR-ES) foi eleito presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida, relançada ontem. Os senadores Romário (PSB-RJ) e Ana Amélia (PP-RS) ocupam duas vice-presidências. Como coordenador-executivo, foi escolhido o senador Sérgio Petecão (PSD-AC).

O evento teve a participação de outros senadores, como Eduardo Amorim (PSC-SE), José Agripino (DEM-RN), Lídice da Mata (PSB-BA) e Walter Pinheiro (PT-BA).

Malta defendeu o projeto do Estatuto da Família, que, segundo ele, significa manter valores violados, a seu ver, com campanhas pelo reco-

hecimento do casamento homossexual e da legalização do aborto e das drogas:

— O nosso objetivo não é ficar na defensiva. Temos que ser positivos em todas essas questões, não só nas que dizem respeito à vida, mas nas que dizem respeito ao

meio ambiente e ao cidadão trabalhador deste país.

O senador disse que a redução da maioria penal será um dos principais temas:

— A Frente da Família tem proposta inclusiva cristã e social para a redução da maioria penal.



O senador Magno Malta (3º à dir.) fala no lançamento da frente parlamentar

## Aprovada proposta que proíbe estágio não remunerado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto para determinar que todos os estagiários recebam bolsa ou outra forma de contraprestação, independentemente do tipo de estágio.

O autor do PLS 424/2012, Paulo Paim (PT-RS), argumenta que a Lei dos Estágios (Lei 11.788/2008) faz uma série de distinções entre os estágios não obrigatórios e os obrigatórios (cuja carga horária é exigida para a conclusão de alguns cursos técnicos ou de graduação, por exemplo). Nestes, é possível não ocorrer qualquer pagamento. Para o senador, a prática é discrimi-

natória e poderia levar à exploração da mão de obra de estudantes cujos cursos incluem estágio obrigatório.

“Além do aprendizado que o estágio promove, o trabalho do estagiário gera benefícios importantes para as partes concedentes e deve, portanto, ser devidamente compensado”, diz ele.

Para a relatora na CAS, Ana Amélia (PP-RS), os estágios obrigatórios sem remuneração são exemplos de “exploração inaceitável de mão de obra”, que deveriam ser coibidos. O texto vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde terá decisão terminativa.

## José Medeiros lamenta violência contra professores

O senador José Medeiros (PPS-MT) chamou a atenção para mais um caso de violência



Waldeir Barreto/Agência Senado

em escola, dessa vez em Rondonópolis (MT), onde um aluno de 12 anos agrediu a professora, que registrou a ocorrência.

A professora denunciou as péssimas condições de trabalho da categoria e disse que, em mais de 20 anos de profissão, jamais havia levado soco de aluno.

gada a categoria, a educação e o futuro do Brasil:

— O futuro deste país está nas mãos dos professores. Mas que futuro estamos produzindo se aqueles a quem caberia produzir conhecimento estão apanhando dos dois lados: da polícia e dos alunos?

## Bauer aponta aumento da pobreza e piora na educação

Paulo Bauer (PSDB-SC) citou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)



Waldeir Barreto/Agência Senado

segundo os quais o número de miseráveis cresceu 3,7% de 2012 a 2013, chegando a 10,5 milhões de brasileiros.

Para ele, a presidente Dilma Rousseff não cumpriu o slogan da primeira gestão: “País rico é país sem miséria”. Bauer afirmou que o lema do segundo mandato, “Brasil, pátria educadora”,

também não está sendo cumprido.

O senador ressaltou a dificuldade de milhares

de alunos para se manterem no Programa de Financiamento Estudantil (Fies). E disse que o Executivo cortou 30% do dinheiro das universidades federais, mas mantém 39 ministérios e 23 mil cargos comissionados.

— Dinheiro para criar cargo tem, mas para fazer o país avançar e progredir, não.



# Governadores pedem distribuição mais equilibrada de tributos



Reunidos no Senado, eles reclamaram da delegação de obrigações por parte da União sem o repasse de recursos a estados e municípios. Presidente Renan Calheiros indicou comissão para sistematizar as sugestões apresentadas, que devem dar origem a uma pauta prioritária de projetos de lei

GOVERNADORES DE TODO o país se reuniram ontem, no Senado, na busca de um pacto que propicie uma distribuição mais equilibrada dos tributos no país. Recebidos no Salão Negro do Congresso, reclamaram da escassez de recursos, pediram repactuação das obrigações orçamentárias, criticaram a União por reter a maior parte dos impostos e pleitearam maior diálogo com o Parlamento.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu aos convidados a construção de uma agenda positiva para garantir o equilíbrio da Federação e superar a crise econômica. Ele fez um balanço das iniciativas aprovadas pelo Parlamento nos últimos anos.

— Já regulamentamos a troca do indexador das dívidas dos estados, aprovamos a utilização de depósitos judiciais e administrativos, aprovamos a proposta de emenda à Constituição que partilha os impostos do comércio

eletrônico, estamos aprovando a PEC da irrigação e vamos fazer absolutamente tudo pelo equilíbrio fiscal — disse.

Renan designou uma comissão para sistematizar as sugestões apresentadas. Hoje ele irá ao gabinete do presidente da Câmara, Eduardo Cunha, conversar sobre os próximos passos da agenda federativa (leia abaixo). Cunha disse que o grande problema da Federação é a criação de obrigações para estados e municípios sem a previsão de recursos.

O governador do Acre, Tião Viana, lastimou as perdas dos estados e os desafios para achar saídas compensatórias. Ele disse que negocia com o governo federal a criação de um fundo de desenvolvimento voltado aos estados, como uma alternativa à queda em investimentos.

O governador da Paraíba, Ricardo Coutinho, observou que o Brasil tem uma Federação de direito, mas não de fato. Propôs

que o Congresso trabalhe numa iniciativa que permita a estados e municípios compartilharem a receita proveniente das contribuições, hoje restrita à União.

Já o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, defendeu a aprovação de propostas que considera cruciais. Entre elas, projetos que visem convalidar benefícios fiscais concedidos por estados para atrair empresas e textos que impeçam o aumento de despesas por obrigações repassadas pela União.

**Liberdade**

Entre outras sugestões, o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, propôs que seja dada aos estados maior liberdade para legislar. Como exemplo, citou a formulação de normas sobre matérias pré-processuais, o que agilizará o andamento de inquéritos policiais.

José Ivo Sartori, do Rio Grande do Sul, disse que os governadores

estão fazendo ajustes nos orçamentos estaduais, mas precisam da ajuda da União para retomar os investimentos.

O governador Simão Jatene, do Pará, afirmou que, desde o início da vigência da Lei Kandir, em 1996, a União deixou de repassar aos estados R\$ 345 bilhões, que deveriam ter sido pagos a título de compensação por perdas decorrentes da desoneração dos produtos para exportação.

Para o governador Pedro Taques, de Mato Grosso, é preciso votar os projetos que podem sanar desconquias na arrecadação. Ele pediu que o Congresso aprecie durante todo um mês uma pauta totalmente dedicada a ajustes no pacto federativo.

Marconi Perillo, governador de Goiás, insistiu na necessidade de aprovar uma norma legal que proíba a criação de obrigações para os entes federados sem a previsão da fonte dos recursos para custeio.



Governadores e lideranças do Congresso Nacional debatem, no Salão Negro do Senado, situação financeira dos estados e alternativas para reorganizar a Federação

O governador do Piauí, Wellington Dias, listou uma série de propostas que, acredita, ajudarão a melhorar as finanças dos estados e estimular o crescimento do país. Também cobrou a criação de um fundo constitucional como contrapartida para os estados aderirem à proposta que põe fim à “guerra fiscal”.

Governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja disse que os estados brasileiros têm sido vítimas de “uma agiotagem oficial”. Lembrou que o estado dele devia, em 1998, R\$ 2,25 bilhões e que, 16 anos depois, a dívida saltou para R\$ 7,8 bilhões, mesmo tendo sido pagos R\$ 6,7 bilhões no período.

Rui Costa, da Bahia, pediu aos presidentes da Câmara e do Senado que, antes da votação

de projetos, dialoguem com governadores e prefeitos sobre os impactos das propostas na arrecadação e nas despesas de estados e municípios. O governador baiano sublinhou duas preocupações prioritárias da Federação: saúde e segurança.

Representando o Amapá, o vice-governador Papaléo Paes afirmou que o governo federal se esquece de dar atenção aos estados do Norte, principalmente aos mais recentes, criados pela Constituição de 1988 a partir dos ex-territórios federais.

O governador do Paraná, Beto Richa, elogiou a preocupação do Senado em reunir os governadores para discutir a crise. Para ele, as unidades da Federação não têm o mínimo de autonomia. Richa reclamou da concentra-

ção de recursos na União, que penaliza estados e municípios, “mais próximos da população e com condições de prover melhor as necessidades do povo”.

**Força**

Indicado para a comissão que vai sistematizar as sugestões dos governadores, José Serra (PSDB-SP) afirmou que “nunca o Congresso Nacional foi tão forte para fazer as mudanças que a Federação necessita”.

Uma das providências sugeridas por ele é a aprovação de projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que reduz a zero a contribuição para o PIS-Pasep incidente sobre receitas arrecadadas por estados e municípios, inclusive as transferidas pela União. Serra calcula que, com a

medida, estados e municípios deixarão de desembolsar cerca de R\$ 4 bilhões por ano.

Outro projeto cuja aprovação Serra sugeriu é o PLS 95/2015, apresentado por ele, que prevê o reinvestimento pelas companhias estaduais de saneamento da Cofins e do PIS-Pasep. O senador estimou um investimento adicional de R\$ 12 bilhões ao ano no setor com a medida. Ele também defendeu a PEC 172/2012, do deputado Mendonça Filho (DEM-PE), que proíbe o governo federal de delegar serviços sem previsão das verbas.

Ao final do encontro, o senador Donizeti Nogueira (PT-TO) elogiou o esforço do Congresso, mas ressaltou que a maior parte das medidas apresentadas são paliativas.

## Pinheiro presidirá comissão de assuntos federativos

Walter Pinheiro (PT-BA) foi escolhido para presidir a comissão especial anunciada ontem por Renan Calheiros, durante a reunião com governadores, para acompanhar o encaminhamento dos temas federativos levantados.

Simone Tebet (PMDB-MS) será a vice-presidente do colegiado. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o relator.

Entre os pontos principais mencionados pelos governadores presentes à reunião com Renan, estão a destinação de mais tributos para os fundos constitucionais distribuídos a estados e municípios, a proibição de criação de despesas para os entes federados sem previsão de fonte de recursos, a liberação da contratação de financiamentos e uma maior participação da União na saúde e na segurança pública.

— A proposta é reunir todas as propostas e criar uma nova relação com a União e os mecanismos de partilha da receita — disse Pinheiro.



Walter Pinheiro diz que partilha das receitas públicas precisa mudar

## De acordo com Ana Amélia, estados estão quebrados

Ana Amélia (PP-RS) cobrou “serenidade e rapidez” no trato da questão federativa. Advertiu que os estados estão “quebrados” e haverá “dias perigosos”. Segundo ela, os governadores têm dificuldade para equilibrar as contas e manter os serviços públicos.

— Os governadores já fizeram ajuste, mas ele não é suficiente para atender as demandas. Tudo que é criado pelo governo federal, a contrapartida não chega lá no estado. Não há comprometimento com as causas federativas.



Voltemi/Bonini/Agência Senado

## Moka pede solução para dívida “inadministrável” dos governos estaduais

Waldemir Moka (PMDB-MS) pediu providências para as dívidas dos estados com a União, que, na avaliação dele, se tornaram inadmissíveis.

— Pagar todo mês esses valores é sangrar o estado, é deixar o estado praticamente sem condição de investimento. Isso precisa ser solução. É uma forma de deixar nos estados recursos para o investimento.

Moka propõe ao governo federal diminuir os juros ou permitir que os estados possam negociar o alongamento do perfil da dívida.



Voltemi/Bonini/Agência Senado

## Senado aprovou série de propostas que beneficiam estados

Renan Calheiros conclamou os governadores à construção de uma agenda positiva para garantir o equilíbrio da Federação e superar a crise econômica. Ao abrir encontro sobre o pacto federativo, no Congresso, Renan fez um balanço das iniciativas aprovadas pelo Legislativo e manifestou disposição de ouvir os governadores para definir os próximos passos.

O senador citou avanços na questão, como o fim da guerra de ICMS nos portos proporcionado pela Resolução 13/2012. Essa variante da guerra fiscal prejudicava a competitividade da indústria e criava conflito entre os estados.

Outra iniciativa citada foi a aprovação do PLS 130/2014, que

permite convalidar os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Renan disse que o Senado aguarda do Executivo a proposta de criação de um fundo de compensação para que a Casa conclua a votação do PRS 1/2013, que institui a reforma do ICMS com a redução das alíquotas interestaduais e maior peso à tributação no destino das mercadorias.

Outra ação destacada foi a aprovação do PLS 240/2013, que institui novas regras de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A aprovação da norma, que se transformou na Lei Complementar 143/2013, era

condição para a continuidade do repasse das quotas do fundo aos estados.

Renan citou como decisão importante a aprovação do PLC 99/2013, que limita os juros reais a 4% ao ano (ou Selic, o que for menor), mais correção pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos empréstimos da União para estados e municípios.

Ele destacou ainda a permissão para os estados e municípios utilizarem até 70% dos depósitos judiciais e administrativos.

Por fim, o presidente do Senado ressaltou a promulgação da Emenda 87, que reparte entre estados de origem e de destino o ICMS das vendas pela internet.

## Em carta, presidente da Casa afirma que Congresso pode ir além do ajuste do governo

Numa carta de agradecimento entregue aos governadores que participaram do encontro, Renan Calheiros lembrou que, com a ajuda dos representantes dos estados, o Poder Legislativo pode ir além dos ajustes propostos pela área econômica do governo no combate à crise.

Segundo o presidente do Senado, se o Congresso conhecer as demandas estaduais, será possível trabalhar mais objetivamente na tentativa de amenizar a crise que ameaça a todos.

“A colaboração de todos

para expor as demandas mais urgentes vai nos orientar na busca de legislar em estreita consonância com esses anseios, construindo uma pauta expressa aqui no Congresso. Juntos, podemos avançar nessa agenda, buscando soluções para além dos ajustes propostos pelo governo”, diz Renan na carta.

Ainda de acordo com o senador, a fragilização da Federação é um problema real, que enfraquece o país na medida em que inviabiliza a solução de problemas que afligem a população.

## Novo encontro entre Renan e Cunha deve definir prioridades na agenda legislativa

Hoje às 11h Renan Calheiros vai se reunir com o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, para definir as prioridades na agenda legislativa solicitadas pelos governadores.



Eduardo Cunha e Renan Calheiros avaliam reunião com governadores sobre pacto

Comissão integrada pelos senadores José Serra (PSDB-SP) e Romero Jucá (PMDB-RR) e pelos deputados André Moura (PSC-SE) e Danilo Forte (PMDB-CE) ficou encarregada de sistematizar as propostas.

Segundo Renan, será criado grupo de trabalho permanente para acompanhar ações de desburocratização e de descentralização para ajudar no avanço do pacto federativo. No encerramento do encontro com os governadores, Renan e Cunha destacaram afirmação do governador de Mato Grosso, Pedro Taques, de que o pacto federativo requer vontade política.

Depois, no balanço que fez da reunião, Renan disse que

o ajuste feito pelos governos estaduais é muito mais efetivo do que o ajuste defendido pela esfera federal, “meramente trabalhista e previdenciário”. Ele avaliou que a União distorceu as políticas econômicas impostas aos estados e, dessa forma, cabe ao Congresso reparar isso e garantir o equilíbrio econômico. afirmou que a reunião com os governadores aconteceu num momento oportuno, no qual o Congresso está se fortalecendo e se aproximando da agenda clamada pelas ruas.

— É nosso dever buscar o equilíbrio federativo — afirmou o presidente do Senado.

(Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Vanessa espera pacto que permita unificação do ICMS interestadual

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou a importância do debate entre senadores e o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, sobre propostas que afetam o pacto federativo, especialmente o projeto que unifica a alíquota do ICMS nas transações interestaduais.

A senadora pediu que a unificação garanta a competitividade dos estados sem prejudicar as vantagens da Zona Franca de Manaus. Ela espera uma solução sobre os fundos de compensação e de desenvolvimento regional.



Voltemi/Bonini/Agência Senado

### Esforços pelo pacto federativo nos últimos quatro anos

<b>25/4/2012</b> Senado edita a <b>Resolução 13/2012</b> , que acaba com a chamada guerra dos portos.	<b>13/3/2013</b> Reunião de <b>governadores</b> com presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Reivindicam mudança no rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e redução dos encargos das dívidas com a União.	<b>20/3/2013</b> <b>Prefeitos</b> de capitais reivindicam a instituição do Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup).	<b>7/5/2013</b> Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprova o <b>PRS 1/2013</b> , que institui a reforma do ICMS.	<b>26/6/2013</b> Plenário aprova o <b>PLS 240/2013</b> , que institui novas regras de rateio do FPE e se transforma na Lei Complementar 143/2013.	<b>19/8/2013</b> Senado conclui a votação do <b>PLC 310/2009</b> , que cria incentivos fiscais para o transporte coletivo de passageiros. Modificado, o projeto retorna à Câmara dos Deputados.	<b>24/9/2013</b> Plenário faz <b>sessão temática</b> sobre pacto federativo e o debate envolve temas como a troca do indexador das dívidas estaduais, a guerra fiscal e o compartilhamento das receitas do ICMS de vendas pela internet.	<b>5/8/2014</b> Plenário aprova a <b>PEC 39/2013</b> , que altera o índice de repasse de recursos da União para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e vira a Emenda Constitucional 84.	<b>5/11/2014</b> Senado aprova o <b>PLC 99/2013</b> , que altera indexador nos empréstimos da União para estados e municípios. De iniciativa do Executivo, a proposta se transforma na <b>Lei Complementar 148/2014</b> .	<b>7/4/2015</b> Plenário aprova o <b>PLS 130/2014</b> , que permite convalidar os incentivos fiscais concedidos pelos estados sem aprovação unânime do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).	<b>16/4/2015</b> Congresso promulga a <b>Emenda Constitucional 87</b> , resultante da PEC 103/2011, do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), que reparte entre estados de origem e de destino o ICMS da venda pela internet.	<b>28/4/2015</b> Senado aprova o <b>PLC 15/2015</b> , tornando impositiva, a partir de 31 de janeiro de 2016, a Lei Complementar 148/2014, que alterou indexador das dívidas de estados e municípios.	<b>13/5/2015</b> A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) retoma a discussão do <b>PRS 1/2013</b> , que poderá ser reformulado para, finalmente, ir a votação em Plenário.
--	--	--	---	--	--	---	--	--	--	---	--	---



Secretário-geral da confederação de futebol disse que baixará, antes da votação final da medida provisória, novas regras administrativas e financeiras. De acordo com ministro do Tribunal Superior do Trabalho, iniciativa do governo federal é inconstitucional



Participam da audiência sobre a MP do Futebol Guilherme Caputo Bastos, Otavio Leite, Sérgio Petecão, Andres Sanchez, Rogério Caboclo e Walter Feldman

## CBF diz que novas normas da entidade tornarão MP do Futebol desnecessária

NUMA AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada ontem pela comissão mista que estuda a MP do Futebol (MP 671/2015), representantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) falaram aos parlamentares sobre medidas de moralização da gestão do esporte que a entidade tem adotado. Segundo explicaram, elas se assemelham às contrapartidas que a MP exige dos clubes que aderirem ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut), que garante o refinanciamento das dívidas dos times.

Os dirigentes entendem que estabelecer essas medidas através de projeto de lei, como é a intenção do governo com a MP, não encontra base constitucional. Além disso, seria desnecessário, já que os clubes e a própria CBF já estão criando normas de governança e responsabilidade fiscal.

— As contrapartidas serão implementadas imediatamente, mas isso será feito pelas entidades do futebol brasileiro. É hora de modernizar o futebol, mas isso depende da compreensão do governo e da conscientização das entidades e clubes — afirmou o secretário-geral da CBF, Walter Feldman.

A entidade informou que inseriu no regulamento geral de competições cláusulas de punição técnica a clubes que descumprirem obrigações trabalhistas. O mecanismo é a perda de pontos e é necessário que o clube seja denunciado por um atleta ou ex-atleta do elenco.

Além disso, a CBF já discute normas para o licenciamento dos clubes de futebol e a aplicação de regras de governança para os clubes, federações e a própria confederação. A entidade fará um congresso para debater o futebol brasileiro e oferecerá cursos de gestão para dirigentes.

— Vamos trabalhar seriamente nas normas administrativas, financeiras, desportivas, jurídicas e de infraestrutura, que deverão sair, se possível, antes da votação final da MP. Cada um cumpre o seu papel: a legislação faz aquilo que lhe cabe, as entidades fazem as regras e os clubes necessariamente terão que ter uma gestão racional. Se não for assim, não poderão mais participar do futebol profissional — afirmou Feldman.

O ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), apontou os pontos que considera inconstitucionais ou irregulares na MP:

— Não há urgência, relevância ou pertinência temática. A exigência de cumprimento das contrapartidas é uma afronta muito clara à autonomia das entidades desportivas.

### Ingerência

Na visão de Bastos, as regras de gestão que a MP impõe aos clubes participantes do programa de refinanciamento são uma “ingerência injustificável”. A figura da Autoridade Pública de Governança do Futebol (Apfut), organismo estatal de fiscalização das regras da MP, “não detém competência constitucional” para aferir eventuais violações de direitos trabalhistas, papel que cabe à Justiça do Trabalho.

O diretor financeiro da CBF, Rogério Caboclo, comentou a regra que impede um clube participante do Profut de disputar competições organizadas por entidades que não respeitem as regras do programa. Uma dessas regras para as entidades é apenas aceitar, em seus torneios, clubes que tenham aderido ao Profut.

Para Caboclo, essa regra deixa dois cenários possíveis: ou as entidades são forçadas a se adequar ou os clubes

participantes precisariam criar uma liga própria, levando a dois campeonatos paralelos.

— Se os clubes forem separados em duas competições, o valor do Campeonato Brasileiro seria uma fração do que é hoje e faria com que não estivessem aptos nem sequer a responder ao parcelamento. Ou isso, ou se adaptam os estatutos das entidades, rachando atos jurídicos perfeitos, para manter a unidade do futebol.

Bastos sugeriu que um modelo melhor de parcelamento seria algo semelhante aos acordos que os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) fazem com empresas devedoras. Cada devedor recebe um parcelamento personalizado, de acordo com seu faturamento e capacidade de endividamento, são adotadas regras rígidas para permanência e existe a previsão de reingresso ao financiamento mesmo após uma eventual exclusão.

— Cada um paga o que pode, com toda transparência e lealdade. É uma prática com sucesso absoluto. No caso dos clubes, as receitas não são muito variadas e são bem conhecidas. Cada um as apresentaria e se chegaria a um valor possível de pagamento que não comprometesse a vida do clube — opinou o ministro do TST.

Bastos pediu uma legislação trabalhista específica para os atletas profissionais:

— A questão do atleta profissional não cabe na CLT [Consolidação das Leis do Trabalho]. Não há compatibilidade. O contrato do atleta é tão especial que exige dois vínculos, o trabalhista e o federativo [a uma federação estadual ou à CBF]. Isso não existe em nenhum outro setor.

A comissão decidiu fazer outra audiência, com a presença de representantes de torcidas organizadas, na terça-feira.

A MP do Futebol vale até 17 de julho.

## Viana: Acre não tem condições de abrigar refugiados

Jorge Viana (PT-AC) cobrou que o Brasil adote uma solução rápida para a questão dos refugiados haitianos no



Acre. O senador afirmou que desde 2010 mais de 30 mil haitianos entraram no país.

De acordo com ele, o tema deve ser tratado como um problema brasileiro, e não como algo de apenas um estado.

O senador explicou que as autoridades do Acre jamais incentivaram a ida dos refugiados para outros estados, sendo apenas vítimas da desinformação dos veículos de comunicação.

Viana considerou fundamental que os profissionais dos meios de comunicação busquem informação sobre a dimensão do problema e propôs a realização de uma audiência pública sobre o tema com a presença de representantes do Ministério da Justiça e da Presidência da República.

— O Acre tem que tratar de quase 40 mil refugiados sem nenhum pessoal treinado, sem dinheiro, sem condições — disse o senador.

## Gleisi pede mais rigor contra ofensa a mulheres

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse esperar que o Senado vote logo o projeto que ela apresentou para punir com maior



rigor injúrias contra as mulheres pelo simples fato de serem mulheres. Ela reclamou que até pessoas públicas cometem esse tipo de injúria e citou como exemplo o caso de um deputado do Paraná que, por meio das redes sociais, chamou uma professora de biscate.

— Atitudes sexistas e machistas precisam ser repudiadas com veemência. Nossa proposta é que a injúria praticada por razão de gênero figure como mais uma forma qualificada do crime de injúria, o que, na prática, representa a aplicação de uma pena maior, de 1 a 3 meses de reclusão. Com esse recrudescimento da punição, esperamos desestimular a prática desse delito.

A senadora chamou a atenção das autoridades para a situação da comunidade baha'i no Irã. Ela explicou que essa religião prega a convivência harmônica entre os povos e que sete de seus líderes foram presos no Irã por pertencerem à fé baha'i.

## Comissão de Agricultura faz audiência pública sobre a Embrapa

As atividades realizadas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o seu impacto na agricultura e na pecuária brasileiras serão tema de audiência pública interativa no Senado.

O debate vai acontecer hoje, às 8h, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O requerimento para a realização da audiência é de Wellington Fagundes (PR-MT). Foram convidados o presidente da empresa, Maurício Antônio Lopes, e o chefe-geral da área agrossilvipastoril, João Flávio Veloso Silva.

Criada em 1973, a Embrapa é vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O desafio, segundo

a empresa, é desenvolver um modelo de agricultura e pecuária tropical genuinamente brasileiro, superando as barreiras que limitavam a produção de alimentos, fibras e energia no país.

O cidadão interessado pode participar da audiência enviando perguntas ou sugestões pelo Alô Senado ou pelo Portal e-Cidadania.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 8h

#### ► Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ► Portal e-Cidadania:

[www.senado.leg.br/ecidadania](http://www.senado.leg.br/ecidadania)

#### ► Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

► Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

► TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

#### ► Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoAgricultura>



Ministério da Integração Nacional havia inicialmente prometido conclusão das obras no São Francisco para 2012. Novo prazo foi anunciado ontem em audiência no Senado

## Governo adia transposição de rio para 2017

AS OBRAS DE transposição do Rio São Francisco serão concluídas e entregues em 2017, anunciou ontem o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi. Ele participou ontem de uma audiência pública promovida por três comissões (Comissão de Desenvolvimento Regional, Comissão de Meio Ambiente e Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição e Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco).

O ministro admitiu que a transposição está atrasada e disse que obras de porte semelhante em andamento em outros países, como China e Japão, também levam tempo parecido.

— Nossa previsão é nos próximos dois anos entregar essa obra. Nós vamos estar compatíveis com a execução mundial de obras dessa natureza — afirmou.

Quando as obras foram iniciadas, em 2007, previa-se que seriam concluídas em 2012. De lá para cá, o prazo previsto mudou várias vezes.

### Custos

No início de 2014, o então ministro Francisco Teixeira informou que em dezembro deste ano a água já estaria circulando pelos 477 quilômetros de canais. Em outro anúncio, o ministério previu a entrega para o primeiro semestre de 2016. Em março, Gilberto Occhi disse, na Câmara, que o segundo semestre de 2016 seria o novo prazo de entrega.

O valor estimado das obras de transposição saltou de R\$ 4,7 bilhões em 2007 para R\$ 8,2 bilhões. Segundo o ministro, o custo total da transposição pode ter nova



O ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, fala sobre a transposição do Rio São Francisco, ao lado dos senadores Raimundo Lira e Davi Alcolumbre

correção até o fim das obras.

— É possível que tenhamos, sim, a necessidade de suplementação — admitiu, frisando que a transposição tem sido acompanhada de perto tanto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) quanto pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Apesar do novo atraso, os eixos norte e leste da transposição já estarão com ao menos 35 quilômetros de água fluindo. A ideia é liberar novos trechos gradativamente.

Em abril, informou Occhi, as obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco alcançaram o índice de 74,5% de execução. Nos quatro primeiros meses do ano, o governo investiu R\$ 600 milhões nas obras, contra R\$ 277 milhões executados no mesmo período do ano passado.

— Quando nós chegamos ao ministério, essa obra estava com 69,2%. Estamos andando com a obra desde janeiro com 1,1% ao mês — assinalou Occhi, que assumiu o comando da pasta em janeiro, substituindo Francisco Teixeira.

## Comissão avaliará políticas de recursos hídricos e de transportes

Os senadores da Comissão de Infraestrutura (CI) acompanharão ações relativas a duas políticas implementadas pelo Executivo: o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com ênfase em questões de abastecimento de energia e de saneamento básico; e o Plano Nacional de Logística e Transportes, com foco na mobilidade urbana e na integração entre modais.

Os temas foram definidos ontem em votação conduzida pelo presidente da CI, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). O primeiro tema terá como relator Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), com a colaboração de Hélio José (PSD-DF). O relator do segundo tema

será Wellington Fagundes (PR-MT).

A avaliação de políticas públicas implantadas pelo Executivo, conforme explicou Garibaldi, é uma das atribuições do Senado, por meio das comissões permanentes.

Para avaliar o andamento das ações selecionadas, a comissão solicitará documentos aos órgãos responsáveis e fará audiências públicas, conforme plano de trabalho a ser apresentado pelos relatores. Ao fim do ano, a comissão examinará as conclusões dos relatores, podendo enviar recomendações e sugestões aos órgãos executores das ações avaliadas.

## Senado criará comitiva para vistoriar obra no São Francisco

O projeto de transposição do Rio São Francisco contempla 477 quilômetros de canais, formando os eixos norte, que vai de Cabrobó (PE) a Cajazeiras (PB), e leste, com início em Floresta (PE) e término em Monteiro (PB), que conduzirão a água no semiárido nordestino.

De acordo com o ministro Gilberto Occhi, as obras garantirão segurança hídrica para 12 milhões de habitantes de 390 municípios de Pernambuco, Ceará, Paraíba e

Rio Grande do Norte.

Para acompanhar de perto o andamento das obras, os senadores decidiram que organizarão uma comitiva.

Raimundo Lira (PMDB-PB) destacou que o governo deve centrar esforços também na revitalização do Rio São Francisco.

— Se não houver um trabalho firme, constante e permanente de revitalização do Rio São Francisco, daqui a duas ou três décadas os resultados positivos dessa transposição

podem ser prejudicados pela falta de água — disse Lira, que preside a Comissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Transposição.

Relator da comissão, Humberto Costa (PT-PE) disse que os nordestinos estão ansiosos pela conclusão da transposição.

— Todas essas obras são a esperança de que possamos resolver definitivamente o problema da oferta de água para a população nordestina — avaliou.

## Dilma prioriza questão da água no semiárido, diz Humberto

O líder do PT, Humberto Costa (PE), disse em pronunciamento que a transposição das águas do Rio São Francisco para vários pontos do semiárido nordestino é uma das prioridades da presidente Dilma Rousseff.

O senador disse que se trata de uma obra de engenharia gigantesca, com



Waldemir Borges da Silva

477 quilômetros de extensão linear e nove estações de bombeamento. Além disso, duas outras obras estruturantes, que vão beneficiar Pernambuco, estão ligadas a esse sistema: as adutoras do Agreste e do Pajeú:

— Essa obra de transposição, de R\$ 8,2 bilhões, que atualmente emprega mais de

9 mil trabalhadores, tem tudo para estar concluída até o fim do ano que vem, dado que o cronograma de execução está perfeitamente em dia e é uma prioridade do governo da presidente Dilma.

O objetivo da transposição, explicou Humberto Costa, é atender mais de 12 milhões de brasileiros de 350 municípios do Nordeste com a água do São Francisco.

## PEC beneficia irrigação no Nordeste e Centro-Oeste

O prazo para que recursos públicos em irrigação sejam prioritariamente investidos em projetos nas Regiões Nordeste e Centro-Oeste pode ser prorrogado até 2028. Isso é o que determina proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O texto segue para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

— Temos 3,5 milhões de hectares de área irrigada hoje no Brasil e seria importante ampliar isso, principalmente para a modernização da produção no campo — considerou o relator, senador Walter Pinheiro (PT-BA).

A PEC 78/2013 altera dispositivo do Ato das Disposições

Constitucionais Transitórias (ADCT) que obriga a União a aplicar, dos recursos destinados à irrigação, 50% na Região Nordeste, preferencialmente no semiárido, e 20% na Região Centro-Oeste.

Originalmente, essa medida tinha validade de 15 anos, a partir da promulgação da Constituição federal em 1988, tendo perdido a eficácia em outubro de 2003.

No ano seguinte, foi promulgada a Emenda à Constituição 43, que ampliou o prazo para 25 anos, ou seja, até 2013. Desde então, a União deixou de ser obrigada a priorizar a aplicação de recursos de irrigação naquelas regiões.

Como a proposta determina a ampliação daquele prazo

para 40 anos, contados da promulgação da Constituição, em termos concretos prorroga o período por mais 15 anos desde a última perda de eficácia da medida (2013).

A PEC acrescenta a determinação de que 50% dos recursos para irrigação beneficiem agricultores familiares.

Assim como o relator Walter Pinheiro, os senadores Ronaldo Caiado (DEM-GO), Rose de Freitas (PMDB-ES) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) reconheceram a importância da PEC 78/2013 para elevar a produtividade no campo, estimular o uso mais racional dos recursos hídricos e contribuir para a redução das disparidades regionais.



Projeto aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura cancela a cobrança de ICMS sobre a energia gerada por unidades de pequeno porte, como painel solar em prédios

# Energia gerada pelo usuário poderá ficar isenta

A ENERGIA ELÉTRICA gerada em moradia ou em empresa e consumida por essa unidade geradora poderá ficar livre da cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). É o caso da energia gerada por painel solar instalado no telhado de casas ou prédios. A isenção do principal imposto estadual é determinada no PLS 249/2014 — Complementar, aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI), que será agora examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Valdir Raupp (PMDB-RO), autor do projeto, diz que a medida incentiva a desconcentração da produção. Ele pretende colocar ao amparo de lei federal o que já existe em legislação estadual, como em Minas Gerais, e também em convênio firmado entre São Paulo, Goiás e Pernambuco.

No dia 27 de abril, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) liberou as isenções de ICMS previstas nesse convênio. Na prática, a decisão do Confaz já permite aos demais es-



Raupp, autor do projeto, diz que medida incentiva quem busca energia alternativa, como eólica e solar

tados da Federação que concedam o incentivo e dispensem a cobrança de ICMS sobre o excedente de energia gerada pelos pequenos usuários. O ministro de Minas de Energia, Eduardo Braga, havia anunciado na CAE que, em contrapartida à decisão do Confaz, a microgeração distribuída poderá ficar

livre do PIS-Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Oficial (Cofins).

No projeto, Raupp explica que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) adotou regras para incentivar pessoas e empresas a investirem em modelos alternativos de energia, como

o solar, o eólico ou o gerado a partir de biomassa. Nesses casos, não há incidência do ICMS sobre a parcela gerada e imediatamente utilizada.

No entanto, diz Raupp, o problema está no excedente gerado e jogado na rede da distribuidora, que o repassa a outro consumidor e gera crédito de energia para a residência produtora do excedente.

Quando há déficit de energia, o consumidor é atendido pela distribuidora, que debita a energia fornecida do crédito gerado anteriormente. Se a demanda da residência for maior que o crédito, a distribuidora vende a parcela que falta. Hoje, o ICMS incide tanto sobre a parcela excedente fornecida pelo usuário quanto sobre a energia comprada da distribuidora.

O relator do projeto na CI, Acir Gurgacz (PDT-RO), disse que a distribuidora de energia elétrica desempenha o papel de armazenadora da energia do gerador de pequeno porte. E a tributação onera de tal forma que inviabiliza a instalação de novos empreendimentos.

## Rose sugere apoio a municípios que produzem petróleo

Rose de Freitas (PMDB-ES) pediu, em pronunciamento na terça-feira, apoio a projeto que permite a estados e municípios com perda de arrecadação na exploração de petróleo a contratação de empréstimos como antecipação de receitas.

O PRS 15/2015, apresentado por ela e por Marcelo Crivella (PRB-RJ), obriga estados e municípios a aplicarem 60% desses recursos em saúde e educação. A destinação dos 40% restantes para 2015 e 2016 poderá ser definida pelas prefeituras e pelos governos estaduais.

— Queremos que as prefeituras possam manter os projetos sociais e gastos públicos, principalmente na área de saúde e educação, e possam ainda, nos próximos dois ou três anos, desenvolver outras fontes de receita — afirmou.



Mônica Mariz/Agência Senado

## Simone destaca fábricas que vão dobrar produção

Simone Tebet (PMDB-MS) comemorou decisão das empresas Fibria e Eldorado, as duas maiores fábricas de celulose do mundo, de dobrar a produção de celulose branqueada do eucalipto em Mato Grosso do Sul.

Em momento de pessimismo na economia, com expectativa de retração do PIB, a senadora lembrou que as empresas podem modificar o cenário de recessão. Ela lembrou ainda que 90% da produção das duas fábricas é para o mercado externo, o que pode melhorar a balança comercial brasileira.

— Quando o IBGE acaba de apresentar a maior taxa de desemprego nos últimos dois anos, de 7,9% no primeiro trimestre, digo que cada uma dessas fábricas, no pico de sua produção, estará gerando 10 mil empregos diretos. Portanto, 20 mil novas oportunidades de trabalho para todo o Brasil.



Waldemir Borreto/Agência Senado

## Fátima elogia mobilização pela reforma política

Fátima Bezerra (PT-RN) comemorou o dia nacional de mobilização pela reforma política e democrática e contra o que chama de “constitucionalização da corrupção”, que é a aprovação da proposta que regulariza o financiamento empresarial de campanha.

A senadora informou que vários movimentos sociais aderiram a essa luta, conhecida como Coalizão Pela Reforma Política e Democrática, e entregaram ao presidente da Câmara, Eduardo Cunha, um manifesto que defende o financiamento público de campanha e a ampliação da participação da sociedade.

— Quero saudar as entidades, os movimentos sociais através da CNBB, da OAB, que no dia de hoje, mais uma vez, vêm dialogar, no sentido de chamar a atenção do Congresso para a responsabilidade que tem, neste exato momento, ao lidar com o tema da reforma política — afirmou.

## Governo do Amapá levou estado ao caos, diz Capiberibe

João Capiberibe (PSB-AP) criticou terça-feira o governo do Amapá, afirmando que em 1º de janeiro o estado voltou a ser governado por “uma quadrilha”. Na avaliação dele, o governador Waldez Góes mergulhou o Amapá no “caos”, paralisando obras e prejudicando serviços públicos, e age com “revanchismo” contra a administração anterior.

— O [ex-]governador Camilo Capiberibe corrigiu uma série de lacunas deixadas por seu antecessor, pagou dívidas astronômicas e colocou o estado em ordem. Ele recuperou a credibilidade junto às instituições federais — disse.

Capiberibe citou processos criminais a que respondem Waldez Góes e seu grupo e acusou o governador de usar o procurador-geral para “perseguir” seus adversários e desqualificar a política.



Mônica Mariz/Agência Senado

## Blairo saúda os 25 anos de A Gazeta, de Mato Grosso

Blairo Maggi (PR-MT) homenageou os 25 anos do jornal A Gazeta, veículo do Grupo Gazeta de Comunicação.

O jornal, segundo o senador, tem como características a imparcialidade, a correção das informações e a comunicação responsável, sem sensacionalismo. Blairo destacou que A Gazeta circula diariamente desde maio de 1990. Foi o sétimo jornal impresso do país com redação totalmente informatizada e o primeiro de Mato Grosso com cores em todas as páginas. O senador frisou também projetos sociais desenvolvidos pelo jornal:

— Quero destacar, entre vários, o Projeto Viva o seu Bairro, que todo final de semana leva lazer, entretenimento e serviços a bairros carentes da grande Cuiabá, e o Projeto Adotar é Legal, que incentiva a adoção de crianças carentes.



Waldemir Borreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Edição:** Silvío Burle  
**Coordenação de Multimídia:** James Gama  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)



Projeto do senador Flexa Ribeiro foi aprovado em comissão e será analisado em Plenário. Duas propostas anteriores sobre o tema foram vetadas pela Presidência da República

# Avança nova regra para criação de municípios

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que regula a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. Esta é a terceira tentativa de regulamentação do assunto pelo Senado depois que duas propostas foram vetadas integralmente pela presidente da República, Dilma Rousseff, em 2013 e 2014.

O projeto (PLS 199/2015) teve parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), e segue para votação no Plenário do Senado. O texto resgata quase todo o conteúdo do PLS 104/2014, do ex-senador Mozarildo Cavalcanti e que foi vetado por Dilma em agosto do ano passado.

O projeto de Flexa reúne critérios de viabilidade, exigências de população mínima e regras para a apresentação de proposta de fusão ou desmembramento de municípios às assembleias legislativas estaduais. Também trata da realização de plebiscitos para consulta à populações interessadas.

O ponto de partida para a criação de novos municípios, de acordo com o projeto, será a apresentação de requerimento à assembleia legislativa estadual, apoiado por 20% do eleitorado da área alvo de emancipação ou desmembramento ou por 3% dos eleitores de cada um dos municípios com pretensões de fusão ou incorporação.

A criação de novas cidades também depende de um contingente populacional mínimo. Depois de fundido a outro ou dividido, o município deverá ter uma população igual ou superior a 6 mil habitantes nas Regiões Norte e Centro-Oeste, 12 mil na Região Nordeste e 20 mil nas Regiões Sul e Sudeste.

A área urbana não poderá estar em reservas indígenas, área de preservação ambiental ou terreno pertencente à União.

Na avaliação do relator, o projeto define condições mais propícias à fusão e incorporação de municípios. Segundo Raupp, as novas regras deverão dar suporte às unidades



O texto exige pelo menos 20 mil habitantes em locais como Alcântara, que tentou emancipar-se de São Gonçalo (RJ) em 1995

com baixa viabilidade econômica, que, unidas a outras em situação semelhante, ganharão escala na provisão de serviços públicos.

No parecer sobre o texto, Raupp elogiou outro ponto do projeto que evita, temporariamente, perdas de receita decorrentes da aglutinação de municípios.

O PLS 199/2015 estabelece que, nos 12 anos seguintes à fusão ou incorporação, as prefeituras recebam o Fundo

de Participação dos Municípios (FPM) como se ainda estivessem separadas.

A ressalva é importante porque, pelas regras do FPM, a aglutinação de dois municípios de 5 mil habitantes cada um, por exemplo, faria com que o novo município de 10 mil habitantes recebesse menos do que a soma da receita dos dois separadamente.

“Preservar por 12 anos uma receita maior dá tempo suficiente para que as unidades

fundidas possam ajustar as administrações a ponto de, no futuro, terem uma participação menor no FPM”, ressalta Raupp no parecer.

Ao vetar os outros dois projetos do Senado sobre o assunto, a Presidência da República alegou, na ocasião, temer o crescimento exagerado no número de municípios brasileiros, o que geraria impacto financeiro para as novas unidades, as já existentes e os estados.

## 30% das multas de trânsito ao SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta que destina 30% da receita oriunda de multas de trânsito ao Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O texto é um substitutivo de Roberto Rocha (PSB-MA) a duas proposições. O relator incorporou o PLS 426/2012, de Eduardo Amorim (PSC-SE), que atribui ao Fundo Nacional de Saúde a gestão dos recursos das multas. O projeto também inclui entre os recursos considerados como fontes de financiamento do SUS a parte do valor arrecadado com multas de trânsito.

Para o relator, a medida é justa e segue o exemplo do que já ocorre com o seguro obrigatório (Dpvat), que destina 50% dos prêmios ao sistema para assistência médico-hospitalar das vítimas de acidentes.

No entanto, observou o senador, não deve haver na lei destinação específica para a aplicação dos recursos. O melhor uso deve ser definido pelos gestores do SUS. Por esse motivo, foi rejeitado o teor do PLS 193/2011, que destinava 15% dos recursos de multas para atendimento às vítimas de acidentes de trânsito.

Vários senadores elogiaram a proposta, como Marta Suplicy (sem partido-SP), que pretende relatar o projeto na

CCJ. Paulo Paim (PT-RS) afirmou que os parlamentares devem destinar o maior número possível de verbas para a saúde. José Medeiros (PPS-MS) lembrou que a mortalidade e as sequelas de acidentes são gravíssimas, cujo custo será em parte atendido. Waldemir Moka (PMDB-MS) disse que o SUS é subfinanciado e deixa a desejar na estrutura para os atendimentos. Já Marcelo Crivella (PRB-RJ) mencionou a derrota que a oposição impôs ao governo ao acabar com a CPMF, retirando R\$ 40 bilhões da saúde. Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lembrou que esses recursos nunca representaram um ganho adicional de receita para o governo.

## Instalada subcomissão que vai fiscalizar obras inacabadas no país

Foi instalada ontem a Subcomissão de Fiscalização de Obras Inacabadas, ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA). O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) foi eleito presidente do colegiado. Valdir Raupp (PMDB-RO) foi escolhido para a vice-presidência e Douglas Cintra (PTB-PE) será o relator.

A subcomissão é composta de cinco membros titulares e igual número de suplentes. O objetivo é acompanhar e fiscalizar os recursos públicos federais investidos em obras inacabadas; listar

os empreendimentos mais importantes nessas condições, apontando as causas e identificando, se possível, responsabilidades; e propor medidas legislativas que possam corrigir os problemas e evitar novas ocorrências. O grupo tem prazo de oito meses para concluir os trabalhos.

— Não podemos aceitar que o Brasil se torne um cemitério de obras inacabadas. É um prejuízo enorme, do ponto de vista social e econômico, para todo o país. Vamos apurar responsabilidades e tentar encontrar soluções caso a caso — afirmou Ataídes.

## Senadores ouvem ministro da Defesa

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) faz hoje audiência pública com o ministro da Defesa, Jaques Wagner, por requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). O senador registra que o regimento do Senado prevê encontros anuais tanto com o ministro da Defesa quanto com o ministro das Relações Exteriores e questiona a preparação do Brasil para as Olimpíadas:

— Quais são as ações que estão sendo tomadas para garantir o mais alto nível de

segurança no evento?

Ferraço também se preocupa com o crescente relacionamento no campo militar entre a China e importantes parceiros brasileiros do Mercosul, como Argentina e Venezuela.

O senador lembra ainda que a modernização das Forças Armadas continua um grande desafio para o país, agravado pela crise. Por isso, afirma, é importante o ministro esclarecer quais projetos do setor deverão ser contingenciados.

O debate também envolverá a instalação do Sistema Inte-

grado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), que estava previsto para o início deste ano, mas foi adiado.

### ACOMPANHE E PARTICIPE

HOJE, às 10h

#### ▶ Envie sua pergunta ou sugestão:

- <http://bit.ly/audienciainterativa>
- Alô Senado: 0800 612211

#### ▶ Portal e Cidadania:

[www.senado.leg.br/cidadania](http://www.senado.leg.br/cidadania)

▶ Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal)

▶ Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

▶ TV: [www.senado.leg.br/TV](http://www.senado.leg.br/TV)

#### ▶ Taquigrafia:

<http://bit.ly/comissaoRelacoesExteriores>

## Wellington cobra conclusão dos trabalhos em aeroporto de Cuiabá

Wellington Fagundes (PR-MT) cobrou, na terça-feira, do governo de Mato Grosso a conclusão das obras do Aeroporto Internacional Marechal



Monetiz/Agência Senado

Rondon, na Região Metropolitana de Cuiabá. O senador disse que o aeroporto foi considerado o pior do Brasil em pesquisa da Infraero. Segundo ele, recentemente o sistema de balizamento noturno registrou falhas que provocaram atrasos e can-

celamentos de voos.

— Os recursos estão liberados, as obras foram começadas, mas, infelizmente, ainda não estão concluídas. A maioria dos equipamentos foi comprada e está se deteriorando. O governo tem que tomar uma decisão.

Entre as obras inacabadas, citou pontes de embarque, expansão do estacionamento e novo terminal de passageiros.



# Cresce consumo de medicamentos controlados

Aumento foi de 161% entre 2009 e 2014. Goiás, Distrito Federal e Espírito Santo lideram ranking, segundo dados divulgados ontem em audiência na Comissão de Educação

O REGISTRO NACIONAL de fornecimento de medicamentos controlados aos usuários saltou de pouco mais de 113 mil caixas, em 2009, para quase 295 mil no ano passado. O aumento foi de 161%. São Paulo responde pelo maior volume, mas Goiás, Distrito Federal e Espírito Santo lideram o ranking quando se compara a quantidade de produtos fornecidos ao tamanho da população de cada um deles.

Os dados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), foram divulgados ontem durante audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Com início de operação em 2009, o sistema integra por rede on-line todas as farmácias do país, inclusive as dos hospitais públicos e privados.

Para a superintendente de Medicamentos e Produtos Biológicos da Anvisa, Meiruze Sousa Freitas, o aumento reflete o avanço da própria implantação do SNGPC, que substituiu o antigo controle por meio físico. Ela diz que os dados ainda precisam ser mais bem avaliados para compreensão segura sobre o consumo de medicamentos submetidos a prescrição médica e retenção de receita pelas farmácias.

— O perfil do consumo precisa ser mais bem estudado e precisamos levar também em

consideração o tipo de droga que está sendo dispensada ao usuário — afirmou ela.

O objetivo da audiência, solicitada por Telmário Mota (PDT-RR), foi a coleta de informações sobre registro, controle e fiscalização da venda de esteroides anabolizantes ou peptídeos anabolizantes. Com aplicações diversas e também sob uso controlado, esse grupo de medicamentos é indevidamente utilizado por pessoas que buscam ganhar massa muscular em curto prazo. São frequentes as notícias de uso desses medicamentos por atletas e frequentadores de academias, expondo a saúde a graves riscos.

Telmário, que coordenou o debate, é o relator de projeto (PLS 120/2015) de Davi Alcolumbre (DEM-AP) que obriga estabelecimentos esportivos, academias de ginástica e clubes a fixarem em suas dependências, em locais visíveis, advertências quanto aos malefícios do uso indiscriminado dos esteroides ou peptídeos anabolizantes, suas consequências e penalidades legais.

A superintendente esclareceu que são registrados na Anvisa 76 diferentes tipos de esteroides, mas que apenas 25 deles (32%) estão sendo comercializados. De acordo com ela, muitos desses produtos são antigos e baratos, não interessando aos fabricantes.



Objetivo de audiência, presidida por Romário, foi debater projeto do Senado que restringe a venda de anabolizantes

## Click Saudável ajuda decisão do comprador

Para alertar o consumidor sobre os malefícios decorrentes do uso indevido de anabolizantes, a superintendente da Anvisa, Meiruze Freitas, disse que há o Click Saudável ([www.clicksaudavel.gov.br](http://www.clicksaudavel.gov.br)), um portal eletrônico criado para auxiliar a população a tomar decisões seguras e conscientes sobre o consumo de produtos de saúde. Desenvolvido em parceria com a empresa Mercado Livre, que atua no comércio eletrônico, o site destaca este mês justamente mensagens sobre os anabolizantes. O usuário pode acessar até uma lista de produtos falsificados já identificados no mercado.

— Se falsificados, os riscos são ainda maiores para os

usuários. Aí é seara que não se conhece, sem garantia sobre as características e a pureza dos produtos — avisou.

Meiruze esclareceu que as ações de fiscalização são desenvolvidas a partir de denúncias ou busca em sites. Elas podem resultar em suspensão da comercialização, além de suspensão da veiculação de propagandas. Com a Polícia Federal, há também ações em locais de venda irregular. No ano passado, segundo ela, foram apreendidos 61 lotes de produtos.

Os esteroides ou anabolizantes são indicados para tratar doenças crônicas e patologias graves, inclusive para déficit de testosterona, segundo Meiruze. Porém,

devido aos efeitos indesejados, a prescrição depende de avaliação médica.

O consumo impróprio e sem acompanhamento médico pode causar alteração das taxas de colesterol, distúrbios na coagulação do sangue, hipertensão, tumores no fígado e no pâncreas, ataque cardíaco e até morte. Os efeitos nas mulheres incluem o engrossamento da voz, surgimento de pelos no corpo e no rosto, perda de cabelo, crescimento anormal do clitóris e até câncer de ovário. Os homens podem apresentar redução da libido e da produção de esperma, impotência sexual, infertilidade, dificuldade ou dor ao urinar, calvície e insônia.

## Audiência debaterá alerta em bebida açucarada

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado (PLS) 8/2015, que pretende tornar obrigatória a inscrição de advertência sobre os malefícios do consumo de bebidas açucaradas nas embalagens desses produtos. O requerimento é de autoria de Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Lídice da Mata (PSB-BA), mas ainda não há data definida para o debate.

A proposta determina que as embalagens deverão informar o teor calórico e conter advertência sobre os malefícios decorrentes do consumo abusivo, com frases estabelecidas pelo Ministério da Saúde acompanhadas de imagens ou figuras que ilustrem o sentido da mensagem e alertem para o perigo da obesidade e das doenças que ela ocasiona.

O relator, Otto Alencar (PSDB-BA), defende a rejeição do projeto, por considerar que o tema é técnico e específico e não deve ser objeto de lei, mas sim de regulamentos técnicos,



Pelo projeto, malefícios do consumo deverão estar estampados nas embalagens

como portarias do Ministério da Saúde e resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Além disso, acredita, uma norma legal pode engessar a evolução técnica e tecnológica da área. Outro problema adicional: no caso da rotulagem de alimentos e bebidas, as normas em vigência foram acordadas no âmbito do Mercosul.

Lídice apresentou voto em separado pela aprovação. Ela e Lúcia Vânia querem debater

de Seguridade Social a todos os assistidos do plano, e não apenas aos empregados ativos da extinta Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (Geipot). O projeto, de autoria do Executivo, corrige omissão da Lei 11.772/2008. Desse modo, os participantes do Geiprev, antigos funcionários do Geipot, passam a ter o plano patrocinado pela Valec.

A lei entra em vigor assim que for aprovada, com efeitos retroativos a partir de 2008, data da medida provisória convertida na lei que limitou o patrocínio do plano aos empregados participantes ativos do extinto Geipot. O texto foi relatado por Paulo Paim (PT-RS).

### Avaliação de políticas

Dois senadores foram escolhidos relatores das políticas públicas que serão acompanhadas pela CAS em 2015: Waldemir Moka (PMDB-MS) acompanhará as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) e Ana Amélia (PP-RS) tratará dos benefícios previdenciários.

## Amorim manifesta preocupação com custeio da saúde

Eduardo Amorim (PSC-SE) chamou a atenção, em Plenário, para o custeio da saúde. Ele observou que, apesar de a verba pública para o setor estar relativamente protegida dos cortes do governo, os recursos continuam diminuindo.

— O financiamento da saúde desafia todos os setores do Executivo — afirmou o senador, que é médico.

Segundo ele, o custo da saúde é de 4% do produto interno bruto (PIB). No entanto, o percentual é inferior ao padrão internacional: os Estados Unidos investem 8% do PIB na área; a Argentina, 5,4%; e o Uruguai, 4,9%, disse.

Na visão do senador, outros fatores merecem a atenção do governo: a ineficiência da gestão e o desperdício, que drenam mais de 20% dos recursos do setor.